

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 8

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

8

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 8 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 8)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-005-6

DOI 10.22533/at.ed.056181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Prática pedagógica. 4. Professores – Formação. 5. Tecnologia. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O Brasil passou nas últimas décadas por reformas educacionais importantes. Uma delas foi a iniciativa de agregar ao processo de ensino-aprendizagem a inserção de recursos tecnológicos.

Para isto a pesquisa foi relevante para que a iniciativa da reforma refletisse uma visão do que se espera do futuro. A reforma incluindo pesquisa e tecnologia trouxe para as escolas, para os professores muitos desafios. Um deles é a percepção dos professores quanto as transformações tecnológicas pelas quais o mundo do conhecimento e do trabalho passam. Outro desafio é a aprendizagem destes professores no que se refere ao uso da pesquisa e da tecnologia em sala de aula.

Esta questão, apresentada em alguns dos artigos deste volume, requer dos professores uma postura diferente em sala de aula se desejam que os alunos efetivamente aprendam, pois será necessário utilizar outras formas de ensinar e se comunicar com os educandos que se utilizam diariamente de ferramentas tecnológicas.

Além da postura do professor, as escolas precisam rever seus currículos, suas formas de avaliação, bem como de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem.

O engajamento dos alunos em atividades que envolvem o uso de tecnologias é uma oportunidade ímpar dos mesmos obterem sucesso em suas vidas profissionais, que propicia novas formas de aprendizado e desenvolvimento cognitivo.

Outra abordagem dos artigos presentes neste volume, diz respeito ao relato de pesquisas que abordam temas diversos, que ao chegar ao conhecimento de pesquisadores, eleva o nível de aprendizagem dos mesmos sobre assuntos atuais, que estão em discussão na formação de professores, na mídia e presentes nas instituições de ensino.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA DE HACKERS: PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Fernanda Batistela</i>	
<i>Adriano Canabarro Teixeira</i>	
<i>Neuza Terezinha Oro</i>	
<i>João Alberto Ramos Martins</i>	
<i>Ariane Mileidi Pazinato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819121	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DE DESCRITORES DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS DE UM REPOSITÓRIO	
<i>Clésia Jordânia Nunes da Costa</i>	
<i>Elvis Medeiros de Melo</i>	
<i>Dennys Leite Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819122	
CAPÍTULO 3	26
A QUEBRA DE PARADIGMAS NA PESQUISA ESCOLAR E CIENTÍFICA: A WIKIPÉDIA COMO FONTE DE AUTORIDADE	
<i>Renata de Oliveira Sbrogio</i>	
<i>Vania Cristina Pires Nogueira Valente</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819123	
CAPÍTULO 4	42
ANÁLISE DO BENEFÍCIO DA UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO GOCONQR EM DISCIPLINA DE ENSINO SUPERIOR EAD	
<i>Camilo Gustavo Araújo Alves</i>	
<i>Emannuelle de Araújo Silva Duarte</i>	
<i>Jizabely de Araujo Atanasio</i>	
<i>Sanielle Katarine Rolim de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819124	
CAPÍTULO 5	51
APRENDIZAGEM COLABORATIVA: DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE APRENDIZAGEM EM AMBIENTES DIGITAIS	
<i>Patrícia Fernanda da Silva</i>	
<i>Crediné Silva de Menezes</i>	
<i>Léa da Cruz Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819125	
CAPÍTULO 6	61
AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE MELHORIAS DA EDUCAÇÃO	
<i>Vera Adriana Huang Azevedo Hypólito</i>	
<i>Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819126	
CAPÍTULO 7	70
CIDADANIA ONLINE: AÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Nadja da Nóbrega Rodrigues,</i>	
<i>Mércia Rejane Rangel Batista</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819127	

CAPÍTULO 8	85
CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR	
<i>Leonor Paniago Rocha</i>	
<i>Fernanda Cristina de Brito</i>	
<i>Vanderlei Balbino da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819128	
CAPÍTULO 9	94
DA INTERNET À SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A APROXIMAÇÃO ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E O CONTEÚDO DAS REDES SOCIAIS	
<i>Fabiana Alves Dantas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0561819129	
CAPÍTULO 10	104
DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO EDUCACIONAL PARA KINECT FOR WINDOWS	
<i>Luis Fernando Soares</i>	
<i>Stênio Nunes Alves</i>	
<i>Rafael Cesar Russo Chagas</i>	
<i>Eduardo Henrique de Matos Lima</i>	
<i>Heitor Antônio Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191210	
CAPÍTULO 11	110
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE DOS PROFESSORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS	
<i>Denise Lima de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191211	
CAPÍTULO 12	131
ENSINO SUPERIOR: INOVAÇÃO E MUDANÇA NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA ENSINO NA MODALIDADE VIRTUAL	
<i>Katia Cristian Puente Muniz</i>	
<i>Luzia Cristina Nogueira de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191212	
CAPÍTULO 13	137
ESTILOS DE APRENDIZAGEM EM CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
<i>Margarete Bertolo Boccia</i>	
<i>Antônio Aparecido Batista</i>	
<i>Irismar Rodrigues Coelho Paschoal</i>	
<i>Andreza Gessi Trova</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191213	
CAPÍTULO 14	148
FACEBOOK NA PRÁTICA DOCENTE: APRENDIZAGEM COLABORATIVA E CONECTIVISMO PEDAGÓGICO EM FOCO	
<i>Adriana Alves Novais Souza</i>	
<i>Henrique Nou Schneider</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191214	

CAPÍTULO 15 160

IDENTIFICANDO A PERSONALIDADE DE TECNOLANDOS EM INFORMÁTICA VIA FERRAMENTA FIVE LABS

Janderson Jason Barbosa Aguiar
Xênia Sheila Barbosa Aguiar Queiroz
Marta Miriam Lopes Costa
Joseana Macêdo Fechine Régis de Araújo
Evandro de Barros Costa

DOI 10.22533/at.ed.05618191215

CAPÍTULO 16 174

INOVAÇÃO EM PROJETOS DE SOFTWARE APLICADA A SOLUÇÕES EDUCACIONAIS

Ricardo André Cavalcante de Souza

DOI 10.22533/at.ed.05618191216

CAPÍTULO 17 186

INTEGRANDO CONHECIMENTOS AMBIENTAIS E ESTATÍSTICOS NA FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS POR MEIO DE PROJETOS DE MODELAGEM

Dilson Henrique Ramos Evangelista
Maria Lúcia Lorenzetti Wodewotzki
Cristiane Johann Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.05618191217

CAPÍTULO 18 194

O ENSINO DA MATEMÁTICA COM O AUXÍLIO DAS TECNOLOGIAS EM ATIVIDADES DO PIBID

Mariele Josiane Fuchs
Karina Schiavo Seide
Maiara Mentges

DOI 10.22533/at.ed.05618191218

CAPÍTULO 19 204

O ENSINO DE LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA ATRAVÉS DA ROBÓTICA EDUCACIONAL: PRÁTICAS E A INTERDISCIPLINARIDADE

Thaise de Amorim Costa
Fábio Cristiano Souza Oliveira
Patrícia da Rocha Moreira
Danielle Juliana Silva Martins

DOI 10.22533/at.ed.05618191219

CAPÍTULO 20 213

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Mariangela Kraemer Lenz Ziede
Ezequiel Theodoro da Silva
Ludimar Pegoraro

DOI 10.22533/at.ed.05618191220

CAPÍTULO 21 222

OLIMPIADA DE PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ariane Mileidi Pazinato
Neuza Terezinha Oro
Vanessa Dilda

DOI 10.22533/at.ed.05618191221

CAPÍTULO 22	234
PENSAMENTO COMPUTACIONAL: UMA PROPOSTA DE ENSINO COM ESTRATÉGIAS DIVERSIFICADAS PARA CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Fernanda de Melo Reis</i>	
<i>Fábio Cristiano Souza Oliveira</i>	
<i>Danielle Juliana da Silva Martins</i>	
<i>Patrícia da Rocha Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191222	
CAPÍTULO 23	245
REGIMES DE VERDADE E ESCALA COMUM DE VALORES DE ESTUDANTES NUM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	
<i>Patrícia Mussi Escobar Iriondo Otero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191223	
CAPÍTULO 24	256
RELAÇÃO DO DESEMPENHO ORTOGRÁFICO DE ESCOLARES COM DISLEXIA DO DESENVOLVIMENTO	
<i>Thaís Contiero Chiaramonte</i>	
<i>Marília Piazzzi Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191224	
CAPÍTULO 25	263
SEXUALIDADE, GÊNERO E EDUCAÇÃO NA REVISTA PRESENÇA PEDAGÓGICA	
<i>Márcia Santos Anjo Reis</i>	
<i>Michelle Barbosa de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191225	
CAPÍTULO 26	278
O INTERCÂMBIO DE SABERES ENTRE INTELLECTUAIS E POVO, UMA LEITURA GRAMSCIANA NA REB	
<i>Egberto Pereira dos Reis</i>	
<i>José Carlos Rothen</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191226	
CAPÍTULO 27	288
TICS NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA UTILIZANDO A EDUCOPÉDIA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL MARIO PENNA DA ROCHA SME/RJ.	
<i>Renata Bernardo Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.05618191227	
SOBRE A ORGANIZADORA	299

CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR

Leonor Paniago Rocha

UFG, Jataí-GO

Fernanda Cristina de Brito

Clínica Contato Psicologia, Rio Verde-GO

Vanderlei Balbino da Costa

UFG, Jataí-GO

RESUMO: Ao longo de séculos, temos presenciado os mais diversos processos de segregação, marginalização e exclusão social daqueles que sempre estiveram as margens da sociedade. O presente estudo reflexivo, resultou do curso ministrado na UFG na modalidade Núcleo Livre, intitulado “Educação, inclusão e exclusão social”. Neste curso fizemos muitas indagações sobre o processo de inclusão dos estudantes com deficiência na universidade. Neste sentido, a questão que norteou essa investigação foi: qual é a concepção dos acadêmicos da UFG sobre inclusão escolar dos alunos com deficiência na escola comum? Assim, procuramos alcançar os seguintes objetivos: analisar os discursos dos acadêmicos da UFG sobre suas concepções a respeito do que é inclusão; conhecer e descrever as concepções dos acadêmicos sobre o que é inclusão; averiguar se os discursos dos acadêmicos estão de acordo com a literatura da inclusão. A metodologia utilizada na realização do estudo foi qualitativa, cujo método empregado foi a análise do discurso, uma vez que entrevistamos

acadêmicos sobre o que pensam sobre inclusão escolar. Os resultados nos mostraram que há uma veemente necessidade de fomentar discussões sobre esta instigante temática. As considerações nos fizeram perceber a necessidade de investir na formação inicial dos cursos que habilitam professores para atuar na escola comum, em uma perspectiva inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão escolar; concepção de acadêmicos; estudantes com deficiência.

ABSTRACT: Over the centuries, we have witnessed the most diverse processes of segregation, marginalization and social exclusion of those who have always been on the margins of society. This reflective study resulted from the course taught at UFG in the Free Core modality entitled “Education, inclusion and social exclusion”. In this course we have made many inquiries about the process of inclusion of students with disabilities in university. In this sense, the question that filled this research was: what is the conception of the UFG scholars about school inclusion of students with disabilities in the regular school? Thus, we seek to achieve the following objectives: to analyze the speeches of UFG scholars about their conceptions on what is inclusion; to know and to describe the conceptions of the academics on what is inclusion; to ascertain if the speeches

of the scholars are in accordance with the literature of inclusion. The methodology used in this study was qualitative, whose method was the discourse analysis, once we interviewed academics about what they think of school inclusion. Results showed us that there is a strong need to promote discussions on this exciting topic. The considerations made us realize the need to invest in the initial training of the courses that enable teachers to work in the regular school, in an inclusive perspective.

KEYWORDS: school inclusion; conception of academics; students with disabilities.

1 | INTRODUÇÃO

Em nível mundial, a década de 1990 marcou o cenário da educação inclusiva na maioria dos países. No que se refere aos movimentos internacionais sobre inclusão escolar das pessoas com deficiência, presenciamos em Jomtien, Tailândia (1990) a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994 (UNESCO, 1994). No Brasil, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei Nº: 9394/96 (BRASIL, 1996) que, pela primeira vez na história da educação brasileira, fez aprovar um capítulo específico sobre educação especial.

Historicamente, a educação especial no Brasil teve como marco a criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos em 1854, hoje Instituto Benjamim Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) em 1857 na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Miranda (2003), ambos foram criados pela intercessão de amigos ou mesmo de pessoas próximas ao imperador, prática que configura favor, assistencialismo e caridade, muito comum naquela época.

Mazzotta (1996), citado por Costa (2012), acentua que por volta dos anos de 1872, havia no Brasil aproximadamente 15.848 deficientes visuais e 11.595 deficientes auditivos. Desse contingente populacional, apenas 35 deficientes visuais e 17 deficientes auditivos eram atendidos por esses dois institutos.

Historicamente, é relevante acentuar que o termo integração nasceu nos países escandinavos, mais precisamente na Dinamarca, desenvolvendo posteriormente nos Estados Unidos da América e no Canadá. Os pressupostos da integração idealizados nos anos de 1970, por equivocados teóricos de gabinetes, tinham como propósito integrar apenas as crianças que conseguissem se adaptar ao sistema, não cabendo à escola, nem aos professores, a culpa pelo seu fracasso.

Ao nos reportarmos à problemática da inclusão no Brasil, afirmamos que o termo inclusão não se iniciou referindo às pessoas com deficiência. De acordo com Batista (2004, p. 11) “no Brasil, o termo inclusão parece ter se difundido, sobretudo a partir de meados dos anos de 1980, entre os grupos políticos de esquerda”. Historicamente, o paradigma da inclusão teve seu início nos anos de 1975 nos Estados Unidos. Esse

modelo surge para combater as políticas integracionistas que vigorava até o momento e que perduraram no cenário mundial até a década de 1990.

De acordo com a Declaração Internacional de Educação em Salamanca, 1994 (UNESCO, 1994) “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. Prescreve ainda a referida Declaração que “as escolas devem receber crianças com deficiência, bem dotadas, as que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de população distantes ou nômades, crianças de minoria linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou ainda marginalizadas” (UNESCO, 1994, p. 17-18).

Nessa direção, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva destaca que

a educação inclusiva [...] constitui um paradigma educacional fundamentado na opinião de direitos humanos, que conjuga a igualdade e diferença como valores indissociáveis, que avançam em relação a ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 01).

Nesse sentido, o debate se faz necessário porque ela ainda não é uma realidade, se não certamente um desejo daqueles que querem ver todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas, não importando, portanto, se esses estão ou não em situação de deficiência.

A presente pesquisa intitulada “Concepções dos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás sobre Inclusão Escolar” é resultado do processo investigativo realizado junto a disciplina Educação, Inclusão e Exclusão Social, ministrada na modalidade Núcleo Livre, na qual entrevistamos 30 acadêmicos que cursaram regularmente essa disciplina. Neste sentido, o problema de pesquisa que investigamos no estudo foi: qual é a concepção dos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás sobre inclusão dos estudantes com deficiência?

Foram muitos os objetivos que almejamos alcançar neste estudo investigativo. No entanto, elencamos os seguintes: conhecer e descrever as diferentes concepções dos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás sobre o que é inclusão; analisar os discursos dos acadêmicos sobre o que é inclusão; averiguar se os discursos sobre inclusão, expressos nas concepções dos acadêmicos, estão de acordo com a literatura que enfatiza a temática da inclusão.

Nossa opção neste estudo foi pela pesquisa qualitativa (Lüdke e André, 1986). Neste sentido, o método utilizado foi a análise do discurso de linha francesa, discurso este que de acordo com Orlandi (2005), busca nas falas além daquilo que é dito, também o não dito ou o dito nas entrelinhas.

Ao lançar mão da análise do discurso presente nas falas dos acadêmicos, é necessário recorrer a Pechêux (2006) e Foucault (2006), quando observam que devemos compreender o discurso como produção social. Produção social aqui

entendida nas falas dos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás, quando os mesmos expressam suas concepções sobre inclusão escolar dos estudantes com deficiência.

O procedimento para coleta dos dados versou sobre a adoção de entrevista semi estruturada, na qual analisamos trechos dos discursos dos acadêmicos em que esses expressavam suas concepções sobre o que é inclusão.

2 | REFLEXÕES DOS ACADÊMICOS SOBRE INCLUSÃO

Os resultados expressos neste estudo não são conclusivos, afinal, o processo de inclusão não é ainda um projeto pronto e acabado, pois, está em constante transformação. A escola que temos não é a escola ideal que queremos, ela encontra-se ladeada de dificuldades em sua estrutura física, na aquisição de recursos didático-pedagógicos e na carência de formação docente dos que estão atuando na escola comum, na qual se registra matrículas de acadêmicos com deficiência.

Ao nos referirmos à escola comum, é notório acentuarmos que essa, na atual conjuntura, não vem alcançando sucesso nem mesmo na educação dos alunos considerados normais. Afirmamos isso em função de que o Brasil tem a 3ª maior taxa de evasão escolar entre os 100 países pesquisados pelo *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (Pnud) em 2012 (UOL, 2013). Estamos convictos, de que os desafios recaem no sistema educacional que não se preparou, ao longo de duas décadas, para atender com qualidade as crianças com deficiência que estão adentrando as escolas. Frente essa assertiva, a literatura assinala que:

As diretoras das escolas regulares defendem a existência das Instituições especializadas para o atendimento dos alunos especiais, desejosas de se livrarem do problema; e, da mesma forma, as diretoras e os profissionais que trabalham nas Instituições especializadas, defendem a sua continuidade e ampliação, justificando-se pela importância do trabalho que realizam (BORGES, PEREIRA E AQUINO, 2009, p. 07).

É claro que a educação inclusiva ainda vem encontrando dificuldades para se efetivar no cenário brasileiro, mesmo porque, nossas escolas não oferecem estrutura adequada no que se referem às barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais, sistêmicas-pedagógicas e atitudinais, uma vez que os cursos de formação em nível inicial e continuada nas licenciaturas não oferecem disciplinas que habilitem os professores para atuarem na sala de aula comum.

Ao analisar os dados do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), é possível aferir que tem sido significativo o número de alunos matriculados nos últimos anos nas classes comuns (2007-2012), conforme figura abaixo.

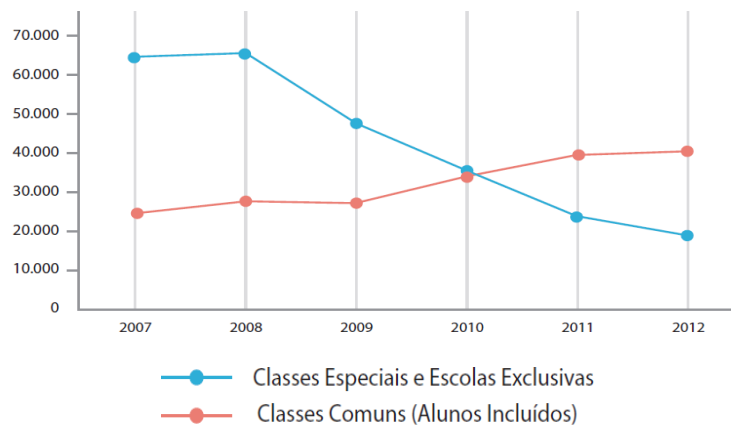


Figura 01 – Número de matrículas em Educação Especial até 2012.

Fonte: Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico.

Os dados nos revelam que há um considerável crescimento de matrículas nas escolas comuns, isso significa que tem diminuído a procura de acadêmicos com deficiência nas escolas especiais, considerando que essas, na nossa opinião, devem atuar apenas como suporte aos estudantes com deficiência no contra turno da escola.

No discurso dos acadêmicos matriculados na referida disciplina de Núcleo Livre em Educação Inclusiva, foi possível aferir que para um dos estudantes:

Inclusão seria de fato uma interação, onde a professora, junto com todos, falasse a mesma língua, que ela pudesse aplicar seus conteúdos falando também em Libras de forma que todos pudessem aprender - inclusive o surdo.

O discurso expresso, tem efeito de sentido quando observamos Anjos (2011, p. 34), ao acentuar que “inclusão aqui significa a inserção do aluno em situação de deficiência no ensino público, as dificuldades encontradas e os esforços para melhorar as condições das escolas no atendimento a esses alunos”.

Outra perspectiva sobre inclusão também foi revelada pelos acadêmicos. Alguns deles manifestaram concepções sobre inclusão das pessoas com deficiência na escola diferente do anterior. Em outro depoimento, um dos acadêmicos conceituou inclusão como sendo: “o ato de permitir, favorecer ou facilitar o acesso ao meio comum, indistintamente”.

Analisando esses discursos, notamos que a noção de inclusão para eles é partilhada por Anjos (2011) ao observar que inclusão é a superação da exclusão escolar, tanto no que se refere ao acesso à escola, quanto ao acesso à aprendizagem.

Notamos também nessas análises, que a inclusão escolar para muitos acadêmicos, é um tanto quanto distorcida: “Entendo como inclusão, quando aceitamos as pessoas na sociedade, seja pela cor de pele, idade, condição financeira, formação física e cognitiva, sexo, altura ou peso”.

Quando dirigimos aos acadêmicos da Universidade Federal de Goiás sobre: O que é inclusão? Alguns expressaram afirmando que:

A inclusão para nós é um processo que percorre anos e que teve alguns avanços, mas tem muito a ser feito e pode começar por nós mesmos. Quando olharmos o outro com igualdade, sem discriminá-lo por sua raça, cor, opção sexual ou por ter algo diferente de nós, aí sim a inclusão tomará novos rumos.

Mantoan (2003, p.31) acentua que “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e compartilhar com pessoas diferentes de nós (...)”. Para a autora, inclusão é estar com, é interagir com. Nesse modelo, pensamos que incluir significa permitir que as pessoas com ou sem deficiência possam gozar dos mesmos privilégios, ter os mesmos espaços, enfim, compartilhar das mesmas oportunidades, sendo aceitas não como iguais, mas respeitadas como diferentes.

No decorrer do estudo, identificamos junto aos acadêmicos que havia muitas dúvidas sobre o que seria inclusão. Desse modo, lançamos uma única indagação: “O que é inclusão para você?” Ao analisar os discursos desses acadêmicos, notamos que os mesmos têm a seguinte opinião sobre inclusão:

Inclusão é fazer com que a sociedade se adapte as necessidades de seus cidadãos, não excluindo qualquer um por qualquer motivo físico, mental, racial, social, ou qualquer outro que o torne “diferente” aos olhos da sociedade que se denomina “normal”.

Apoiando na corrente francesa sobre o discurso da inclusão escolar dos estudantes com deficiência, Plaisance (2010) assinala que a educação inclusiva significa o acolhimento de todos na escola regular e deve permitir o desenvolvimento de uma sociedade, por sua vez mais aberta à diversidade, em suma, mais inclusiva. Essa premissa, em nossa opinião, é muito clara, afinal, o lugar das pessoas com deficiência é na escola comum, compartilhando dos mesmos direitos e deveres que os demais alunos considerados normais.

Ao entrevistarmos os acadêmicos sobre o que é inclusão, tivemos uma surpresa. Uma das acadêmicas se manifestou afirmando que a inclusão está relacionada às ações políticas:

No entanto, a inclusão escolar, tão debatida nas políticas públicas tem ocasionado certo constrangimento, pois as crianças especiais são matriculadas normalmente nas escolas regulares e infelizmente apesar da interação que há com as outras crianças não há professores qualificados para lidar com determinadas situações no ambiente escolar com estas crianças especiais.

O depoimento da acadêmica não deixa de ser real, principalmente, ao se referir à literatura que enfatiza essa problemática. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão é uma questão de gestão. Desse modo, a autora manifesta que o maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao ensino fundamental, sendo que, os alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado, preferencialmente, na escola regular (BRASIL, 1988).

Nas entrevistas semi estruturadas que fizemos com os acadêmicos da Universidade Federal de Goiás, notamos que para eles incluir é adaptar a escola aos alunos com deficiência. Diante disso, um deles assim se manifestou: *“não é o aluno com deficiência que deve se adaptar a escola, mas sim a escola que deve se adaptar para recebê-lo e proporcionar-lhes as mesmas condições que os outros, adaptando seu currículo, adaptando a estrutura física e dando formação aos professores”*.

Em consonância com a literatura, que defende as adaptações no espaço escolar Mantoan (2003), assinala que além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local.

Nos discursos dos acadêmicos, notamos que há uma aviltante necessidade de apreensão do conceito de inclusão. Isso ficou evidenciado quando analisamos os discursos sobre suas concepções frente ao tema.

Para um dos acadêmicos, incluir é *“fazer com que uma pessoa especial, sinta igual aos demais seres humanos e não diferente pra se sentir inferior ou menos gente”*. Diante do depoimento, o acadêmico nos revela que, não há por ele uma compreensão clara do que seja incluir.

Sobre a preparação dos profissionais da educação para atuarem com alunos com deficiência, um dos acadêmicos assim se manifestou:

Os profissionais da educação não têm nenhuma preparação para receber estes alunos no ambiente escolar. Então o que fazer diante dessa situação? Nossa esperança é que um dia todos os professores estejam preparados profissionalmente, só assim teremos um mundo inclusivo onde as diferenças não existiriam mais.

Em nossa opinião, pensamos que se o professor for preparado, qualificado e habilitado em educação especial, seguramente ele poderá ensinar melhor a turma toda.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A polêmica da inclusão está ladeada de muitas reflexões, pois se de um lado, há aqueles que defendem a inclusão total, propondo inclusive a abolição dos serviços especiais, escolas especiais, centros de reabilitações dentre outros. Há, por sua vez, outros segmentos que são incisivos em afirmar que jamais os serviços especiais devam ser abolidos. Nesse sentido, a crença na escola que pretende ser inclusiva é a de que ela precisará ser redesenhada.

A construção da escola inclusiva que almejamos, necessariamente, deverá passar por uma mudança de mentalidade, cuja meta é a adoção de um novo paradigma educacional, no qual, as crianças, com ou sem deficiência, possam se sentir incluídas sem haver preconceitos, estereótipos e estigmas.

Nessas reflexões, acreditamos que os princípios que orientam a educação, em

especial, quando nos referimos à educação inclusiva, devam assegurar os direitos das pessoas com deficiência em todos os níveis, mediante modificações e adaptações do ambiente físico, arquitetônico, pedagógico e atitudinal.

É certo que a realidade, na qual estamos inseridos, é outra. É certo também que a inclusão é um processo em construção que requer de nós educadores, gestores, funcionários, pais e comunidade escolar algumas ações políticas.

Não somos pessimistas em relação a implantação da inclusão escolar das pessoas com deficiência. É óbvio que hoje há esforços para manter as crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas. Nossa dúvida é: será que a inclusão não está sendo, nos discursos de muitos educadores, uma mera retórica? Nossa luta é por uma escola que possa acolher todos os estudantes, oferecendo-lhes uma educação de qualidade, afinal, a educação é um direito.

Nossas considerações não são conclusivas, afinal, há muito a conhecer, muito mais o que fazer e bem mais sujeitos para incluir. Nesse modelo, somos partidários de que a inclusão só ocorrerá se for ladeada de medidas concretas, em que estejam envolvidos professores, gestores, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar que saibam o que é inclusão.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Hildete Pereira dos. O conceito de inclusão nas falas de professores: deslizamentos de sentido presentes no discurso. In: ANJOS, H. P. (Org.). **Pesquisando a inclusão nas escolas públicas**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011, p. 33-42.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. *Ética da inclusão*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2004.

BORGES, Maria Célia; PEREIRA, Helena de Ornellas Sivieri; AQUINO, Orlando Fernández. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista Ibero-americana de Educação**, Araraquara (SP), n. 59/3, p.01-11, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/4394Borges.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

COSTA, Vanderlei Balbino da. **Inclusão Escolar do Deficiente Visual no Ensino Regular**. Paco Editorial: Jundiaí, SP, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. – Brasília: 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012>.

pdf>. Acesso em: 01 abr. 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental**. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2003. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PLAISANCE, Eric. Ética e inclusão. Tradução: Fernanda Murad Machado. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 40, n.139, p. 13-43, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em:

<http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 01 abr. 2015.

UOL. Brasil tem 3ª maior taxa de evasão escolar entre 100 países, diz Pnud. São Paulo, 14/03/2013, disponível em: <<http://www.agendasociedade.com/?p=3352>> Acesso em: 01 abr. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-005-6

